

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE ROMA

Responsável: Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming

CARANDINI, A. *La nascita di Roma. Dèi, Lari, eroi e uomini all'alba di una civiltà*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1998. Parte Prima: Il metodo della ricerca: 5-32.

O nascimento de Roma. Deuses, Lares, heróis e homens na aurora de uma civilização. Primeira Parte: O método da pesquisa.

1. *Prova da Verdade*. Os historiadores se preocupam em escrever “verdade” e em poder “prová-la”; querem saber o que podem saber e o que são obrigados a ignorar. Mas ficam impotentes diante desses desejos tão humanos. A “prova direta”, aquela pela qual se surpreende um assassino em flagrante, é a miragem de quem sustenta que a realidade possa ser tocada com a mão. Mas as declarações daqueles que presenciaram um mesmo evento frequentemente divergem de modo decisivo. Neste dilema, o historiador arrisca-se em transformar-se em romancista ou desistir de narrar por receio de errar. Relatar historicamente significa evitar estes extremos.

2. *Comunicação direta não se dá*. Reflitamos sobre o seguinte pensamento de Gregory Bateson (1979): “vivemos em uma vida na qual o que percebemos é talvez sempre a percepção de partes e as nossas conjecturas sobre as totalidades são continuamente ... contraditas pelo sucessivo apresentar-se de outras partes. Talvez as coisas aconteçam de modo que as totalidades não podem nunca se apresentar, porque isso implicaria em uma comunicação direta que não estamos em condições de estabelecer”. Percebemos, de fato, informações, isto é, distinções, e nunca substâncias materiais, imagens de monumentos e nunca monumentos, por isso, no entanto, em princípio a idéia está sempre presente, se a entendemos como unidade elementar de informação, e a nós é consentido contar não os eventos ou as coisas, mas os pensamentos que sobre eles elaboramos. Denominamos, classificamos, traçamos mapas – a informação se condensa nos contornos – mas não conseguimos agarrar um fenômeno na sua globalidade – a verdade é globalidade – porque o número de informações potencialmente contidas em qualquer objeto que se queira é, no entanto, sempre e de qualquer forma infinito e nós não podendo atingir aquela totalidade somos incapazes de atingir uma prova da verdade. Devemos, portanto, resignarmo-nos ao fato de que podemos individuar apenas algumas diferenças de uma coisa, de um fato e de um pensamento e que as demais permanecem escondidas e somos obrigados a ignorá-las. Segundo Karl R. Popper (1984), podemos aproximarmo-nos da verdade, alcançar “verdades incertas”, mas não temos segurança no olhar. A idéia de que a verdade tenha somente valor se é certa pertence a um conceito clássico do saber que agora é do passado. Uma vez que nenhuma conjectura é provável – senão no âmbito da lógica e da matemática – podemos apenas escolher criticamente entre duas ou mais hipóteses, argumentando que a hipótese preferida explica tudo e mais do que as demais hipóteses estivessem em condições de explicar.

3. *Explorar mais do que provar.* Cientes de nossas limitadas capacidades de percepção podemos tentar aproximarmo-nos o mais possível do verossímil, evitando atulhar a mente de informações pouco relevantes e dando espaço às diferenças que consideramos mais importantes. Isto implica em escolher as prioridades com curiosidade e combinar fontes de natureza diversa para alargar o quadro dos fenômenos considerados e para aplicar um controle cruzado nas informações. De fato, existem estratégias piores ou melhores para tentar compreender parte mais ou menos necessárias do todo que é a coisa em si. Isto nos consente de não sermos pessimistas demais em relação à capacidade que têm as coisas de ser conhecidas, capacidade esta provavelmente impossível se cada detalhe valesse tanto quanto qualquer outro. Se não se pode então falar de prova de verdade – a ciência e a história não “provam” mas, “exploram” – podemos sempre descartar, aumentar, melhorar as hipóteses, acrescentando as evidências e evitando que as nossas idéias sobre elas percam a coerência.

4. *Aurora da civilização.* Existem condições mais fáceis e menos fáceis para atingir o verossímil. Uma rixa política surgida sob os olhos impiedosos dos meios de comunicação é sempre mais simples de compreender que uma lenda criada por uma comunidade proto-histórica. Circunscrever o mais nitidamente possível âmbitos de possibilidades e de plausibilidade e com esses armar um esboço de relato é o máximo que se possa tentar a propósito da aurora de uma civilização, quando o mítico é o real e vice-versa, quando se avança no tempo recuando através da conservação espiritualmente intacta do passado no presente e quando é difícil distinguir o fato único do simulacro impessoal que lhe deu forma por atração fatal. Onde o verdadeiro e o imaginário (erroneamente considerado falso) convivem indistintos, tentar distingui-los nitidamente – como tenta fazer o juiz quando procura os “fatos” – é um modo de proceder totalmente inadequado, porque neste tipo de realidade é a totalidade em primeiro lugar que conta, portanto, o entrelaçamento entre o verdadeiro e o que foi imaginado coletivamente. Mas, a totalidade, como visto, é uma presa impossível de colher, assim, quanto mais o homem é imerso em condições de vida globais, mais é difícil de entender, enquanto, quanto mais for reduzido aos nossos *mínimos*, mais fácil de classificá-lo. As fábulas tinham uma energia propulsora na proto-história e o nosso materialismo, racionalismo e laicismo ocultam a compreensão de que foram exatamente aquelas aparências mágicas as mais verdadeiras matrizes das ações humanas de então. Nessas circunstâncias, o mito é a realidade e a história é apenas a sua metáfora. O contexto consiste em origens na promiscuidade integral entre fatos materiais simples e fantasias complexas, por isso, se descontextualizarmos os primeiros em relação às segundas, esperando colher os fatos na sua nudez, evitando abandonar-nos aos labirintos estonteantes do mito, perdemos o encanto daquela união em que está a essência daquelas sociedades longínquas. Nas figuras dos chefes mais antigos observa-se, por exemplo, tal mistura de elementos reais e divinos – de Rômulo encarnação de Marte ao capitão Cook, encarnação de Lono – que não tem sentido libertar a entidade histórica daquela sobre-humana. Pode-se de fato pensar séria e historicamente também no maravilhoso, mas as resistências não faltam quanto a isso.

5. *O sobrenatural como pressuposto.* Assim, chegamos ao problema dos pressupostos não materiais da “reprodução” nas sociedades proto-históricas, onde a comunidade encontra no mundo ultraterreno a sua fonte principal de ordenação. A religião e as relações de parentesco, frequentemente de natureza fantástica, não representam naquelas circunstâncias

uma ilusão a ser desmascarada para descobrir a centralidade social da “produção” material, como poderia pensar um materialista comum, dedicado a macaquear o Marx crítico do capitalismo industrial (primeiro caso histórico em que as diferenças sociais foram estabelecidas pela produção material em primeiro lugar). O homem proto-histórico era a célula de um organismo comunitário, que, por sua vez, era o reflexo de um cosmo ultraterreno, não importa se inventado pelos progenitores da sociedade. Neste estado de coisas, a comunidade desejava evitar o consumo do tempo unilinear precário e imprevisível, que ameaçava a sua identidade e que parecia incompreensível. Por isso, procurava condensar o fluxo fugidio das estações, circunscrevendo-o dentro de momentos exemplares, que ciclicamente se repetiam, sobrepondo-se um ao outro sem excluírem-se, e, aliás, confirmando-se um ao outro, marcando dessa forma as etapas fundamentais, plurais e ao mesmo tempo únicas, do desenvolver-se ordenado da vida comunitária (explicam-se, assim, as fundações plurais de povoados, como o de Roma). O movimento desordenado da experiência conseguia, dessa forma, conciliar-se com o seu oposto, isto é, com a eternização e a solidificação das estruturas da sociedade, tanto mais necessárias quanto mais frágil fosse essa sociedade. Esta reificação dos costumes sociais, tão essencial para manter unidos os homens, obtinha-se através da sacralização de eventos exemplares, como as “fundações”, que o historiador-antropólogo não considera mais como fenômenos superficiais a serem revelados para encontrar as razões profundas da “formação” das sociedades, mas como expressões autênticas, mesmo se difíceis de entender para nós modernos, de estruturas mentais influentes sobre a vida comunitária e necessárias a sua estabilidade. Mesmo se aquelas sacralizações se revelassem nada mais do que invenções humanas atávicas, essas permaneceriam, no entanto, sempre ilusões extraordinariamente eficazes na ordenação daquelas sociedades. Sem compreender esta característica basilar é inútil acumular erudição sobre as sociedades proto-históricas e arcaicas, pois, não se chegará nunca a compreendê-las na sua essência.

6. *Uma crítica severa demais.* Alguns historiadores julgam que a crítica das fontes consista em demonstrar como os diversos dados podem ter sido transmitidos e em considerar que esta demonstração seja o requisito para admitir a credibilidade e possibilidade de utilização desses dados. Dessa forma, a tradição é considerada não confiável *a priori* e o ônus da “prova” da sua confiabilidade acaba por cair inteiramente sobre o historiador. Onde falta tal “prova” a fonte deve ser automaticamente descartada. Nessas circunstâncias, os dados capazes de salvar-se são verdadeiramente poucos e para os períodos mais antigos faltam completamente. Entre projeções, condensações e falsificações, grande parte dos testemunhos são, assim, destruídos, especialmente se se revestem do aspecto da lenda. Os analistas romanos, conseqüentemente, são condenados *a priori*, sem que se possua uma documentação adequada para fazê-lo. Exatamente os historiadores mais rígidos, os máximos defensores da “prova”, acabam por escorregar fatalmente em juízos de caráter retórico, através dos quais um fato é considerado “plausível” ou “implausível” em base a intuições, a interesses culturais pessoais e velhos juízos e preconceitos de tradições particulares de estudo erigidos como sistema.

7. *Uma crítica razoável.* A irracionalidade e improdutividade de uma crítica severa demais levaram alguns historiadores mais razoáveis a considerar que a tradição sai basilarmente fidedigna, mesmo se não consigamos ir ao encaicho dos percursos seguidos pela informação, por exemplo, entre os períodos arcaico e tardo-republicano ou de Augusto. Como

consequência, a crítica sofre uma reviravolta, pela qual, antes de se rejeitar um dado da tradição, precisa-se argumentar sua falsidade ou anacronismo. Os primeiros analistas não teriam feito nada além de registrar a memória viva das famílias aristocráticas baseando-se no fundo comum de conhecimentos de que os romanos dispunham naquele tempo. Os primeiros narradores da história romana, de fato, podiam contar com escritos, pinturas, monumentos, ritos e instituições que sobreviveram naquele museu do arcaísmo que deveria ser ainda a Roma médio-republicana e, em parte, também a Roma tardo-republicana. Os dados estruturais recuperáveis nas fontes (como as fundações e os prodígios) têm, portanto, boas probabilidades de serem autênticos, enquanto a superestrutura narrativa é que deve, eventualmente, ser considerada fruto e testemunho de uma invenção mais tardia. De qualquer forma, uma orientação parece ser comum a todos os historiadores, inclusive àqueles mais confiantes na tradição: antes do século VII a.C. disporemos somente de lendas destituídas de qualquer valor histórico. Mas, duas realizações associáveis à fundação que a tradição atribui a Rômulo e a Numa revelaram-se pelo menos plausíveis à luz da crítica de Mommsen na metade do século XIX e das recentes descobertas na encosta meridional do *Palatium*, o calendário e os muros do Palatino, por isso não pode ser reconhecido um limite fixo entre o que é e não é passível de conhecimento e parece mais aconselhável analisar caso a caso: antes e depois do séc VII a.C. Há algum tempo está menos em voga o limite de possibilidade de conhecimento fixado no séc. IV a.C. (devido à invasão gaulesa que teria destruído todos os documentos), ou até mesmo depois, no início da primeira guerra púnica. Também o limite do final do séc. VII a.C., no início do período dos Tarquínios, foi discutido com autoridade. Poder-se-ia ultrapassar, então, o limite do final do séc. VIII a.C., período do reinado de Numa, baluarte extremo da crítica histórica, uma vez que, se se acredita em alguma coisa referente a Rômulo, pode-se acreditar então também em outro limite da proto-história do Lácio e de Roma. Isto implica que seria preciso desenvolver-se um gênero de crítica diverso daquele estritamente filológico, rigoroso mas não rígido, como o de caráter histórico-religioso e antropológico-comparativo seguido por Angelo Brelich, de que trataremos a seguir.

8. *Ocasão que não se deve perder.* Roma representa um caso único para toda a civilização antiga. Nenhuma outra cidade conservou no Mediterrâneo tal abundância de informações sobre suas origens. Descartar esses dados significa perder a única ocasião que temos de remontar, através da memória viva conservada ainda que alterada nas fontes literárias, às fases urbanas em formação, proto-urbanas e pré-urbanas da instalação. Por esta razão, cada fragmento de memória daquele tempo longínquo que pudesse chegar a nós deve ser conservado como notícia preciosa, e ser respeitado antes do que descartado, seja que se refira a um evento fundamental, seja que se refira a um mito e seja, como frequentemente acontece no Lácio, que se refira a ambos, por isso, nada é mais absurdo que o holocausto das fontes desejado pela crítica que mostra os músculos e se define “dura”, como aquela praticada por Jacques Poucet. Daqui, a necessidade de proceder com cautela tanto no acolher uma notícia quanto no rejeitá-la sem razões suficientes. O halo mítico pelo qual um evento parece circunscrito não é uma razão suficiente para considerá-lo uma invenção arbitrária. Os mitos são certamente de interpretação difícil, mas não por isso devem ser removidos, podendo revelar indícios preciosos capazes de conduzir-nos ao coração espiritual daquela sociedade, como os sonhos, que são a *via regia* para chegar à profundidade psíquica dos indivíduos.

9. *A tradição oral desafia o tempo.* A proibição de remontar além da coluna de Hércules do século VII a.C. está na escassa confiança que os historiadores depositam na tradição oral e nos mitos, ou seja, na possibilidade de remontar da cultura escrita àquela oral e de obter de uma lenda uma informação historicamente útil, especialmente em uma sociedade que não tem poemas heróicos e uma teogonia radicados na idade obscura. Em vez, os etnólogos têm mais confiança na tradição oral, nos mitos e na possibilidade de utilizá-los para compreender as comunidades primitivas. A tradição oral pode atravessar numerosos séculos conservando memórias antiquíssimas e se conhecem casos de mitos “verdadeiros”, não só como reveladores das fantasias primordiais, mas também como tendo nascido em circunstâncias precisas, por isso podem ser localizáveis e datáveis, pelo menos na sua primeira elaboração. Tomemos o caso de Roy Mata, figura mítica de herói cultural, que teria atracado em Efate, nas Novas Ebridas, com um grupo de pirogas chegadas do sul e que teria re-fundado a comunidade daquela ilha. Morto, teria sido sepultado aos pés de duas estelas em uma ilhota vizinha chamada Retoka, teria recebido honras fúnebres que duraram vários dias, os chefes dos clãs teriam sido sepultados vivos ao seu redor, outros homens teriam sido sacrificados por ocasião dos funerais, depois do que, a terra de Retoka teria sido interditada para sempre. Ninguém teria nunca acreditado que este mito de fundação, oralmente transmitido por séculos, pudesse refletir uma realidade histórica.

10. *Existem também mitos verdadeiros.* Um arqueólogo infringiu a interdição e escavou em Retoka. Aí descobriu trinta esqueletos, entre os quais o do chefe Roy Mata, encontrado aos pés de duas pedras postas como marcadores de sua tumba. Estava circundado por nove casais dos chefes de clãs sepultados vivos e por outros homens sacrificados naquela mesma cerimônia fúnebre, exatamente como contava a lenda. As sepulturas foram datadas de 1265 d.C. (\pm 140 anos). De então até hoje a memória do fundador e de seu cruel funeral conservou-se por sete séculos. É bem verdade que em Efate o mito conservou-se através de uma tradição exclusivamente oral, enquanto os mitos da tradição historiográfica passaram pelo filtro da escritura. Mas a escritura é uma arma de dois gumes: pode alterar, mas também conservar, especialmente as memórias mais enraizadas. Alguns rituais míticos gregos, como a sementeira de dentes, que encontraram correspondência em um achado da Itália setentrional podem não ter comovido espíritos particularmente céticos, mas, de qualquer forma, é extraordinário que perto de Aosta tenha sido encontrada uma área cultural, datada por volta de 2650 a.C., circundada por uma paliçada fundada ritualmente, arada regularmente no seu interior, semeada de dentes e com estelas espalhadas, representando figuras míticas. Também Cadmo teria fundado Tebas semeando dentes de dragão, dos quais teriam nascido gigantes, chefes fundadores das grandes famílias daquela comunidade; também Jasão teria arado um campo e aí teria semeado dentes, dos quais teriam nascido gigantes. A fantasia destes mitos gregos, portanto, parece ser muito realista, indicando rituais análogos entre o Oriente e o Ocidente mediterrâneo e que podem remontar ao III milênio. Outras lendas “verdadeiras” poderiam ser citadas, relativas ao Tirreno-Egeu, o Egito, o Oriente e a Europa medieval, sobre as quais não é o caso de alongarmo-nos.

11. *Consequências de método, partindo dos mitos gregos.* “Os mitos ainda para muitos estudiosos estão de alguma forma fora da história” destacou Angelo Brelich (1973-76), que, entretanto, os considerava como produtos históricos. Mas, se os mitos estão dentro da história, é inevitável introduzir a diacronia no seu estudo. É justo considerar que o mito reflete indiretamente, distorce, subverte e até mesmo anula o real, mas é errado acreditar

que este consiga sempre neutralizar qualquer verdade externa, diluindo-a na própria estrutura simbólica, até anulá-la. Se pensássemos de tal maneira, esqueceríamos a sua natureza equívoca, tornaríamos absoluta uma só de suas funções (aquela unificadora) e atracariamos na teoria da autonomia total dos mitos, que é o dogma da análise estrutural dos mitos, na qual, felizmente, não somos obrigados a acreditar. “Todas as teorias unilaterais sobre o mito são automaticamente erradas”, sustentou Geoffrey S. Kirk (1970, 1977) e Carlo Brillante (1980) tocou o âmago da questão quando sustentou: “na realidade, é possível, dando cronologia à lenda ..., remontar a uma colocação no tempo dos heróis e dos acontecimentos ... e, nos casos em que a documentação arqueológica e legendária seja bastante rica, tentar um confronto entre esses dados”. Ele está consciente do caráter “composto” das lendas, por isso, admite a presença possível de resíduos históricos no relato mítico. A idade heróica não entra num tempo indefinido para ele, mas seria datável entre o período micênico e o retorno dos heraclidas, localizável duas gerações depois da queda de Tróia. As genealogias, consideradas geralmente inventadas pelos logógrafos de período arcaico, portanto, vistas como contraditórias e de nenhum interesse histórico, em vez, seriam consideradas um *corpus* coerente e confiável, especialmente quanto à idade heróica.

12. *Dos mitos gregos aos mitos latinos.* Tudo o que se disse sobre os mitos gregos também interessa a quem estuda os mitos latinos, que apresentam suas próprias características, mas que não devem ser considerados como um mundo completamente à parte. Para alguns aspectos conceitualmente fundamentais esses parecem, de fato, uma extensão dos mitos gregos em uma zona marginal e semi-civil. Nem todas as semelhanças que conseguimos colher são devidas a mutuações e interpretações tardias, a partir da idade arcaica, como geralmente se considera. Há semelhanças estruturais entre os dois universos fantásticos que poderiam remontar, mais do que a uma controvertida herança comum indo-européia, a contatos entre povos em ondas sucessivas, talvez já a partir do III milênio e posteriormente, sobretudo a partir da idade do Bronze recente, graças à chegada, arqueologicamente comprovada, de povos egeus na Península Itálica. A comparação entre os núcleos conceituais dos mitos latinos e dos mitos gregos é, portanto, legítima e ajuda a revelar elementos latentes nos mitos latinos, que nos chegaram empobrecidos pela razão que veremos, graças à maior riqueza e explicitação das lendas gregas. No “cosmopolitismo” do II milênio, idéias míticas podem ter circulado, sob o modelo dos motivos folclóricos, não apenas entre o Egito, a costa asiática e a Grécia, como normalmente aceito, mas talvez entre a Grécia e aquele fim-de-mundo onde se põe o sol e que naquele tempo era o Lácio.

13. *Mito e história.* Para Dario Sabbatucci, entrever no mito o reflexo de fatos históricos equivaleria a cair em pecado de “factualismo” (isto é, de humanização e historicização das lendas). Mas deve ter existido alguma relação entre os mitos e os fenômenos sociais, mesmo se de gênero diverso nas várias circunstâncias, se ambos são de qualquer modo o fruto de uma mesma história. Explicitar a lógica de um mito, cuja natureza aparente é frequentemente disforme, e compará-la com a lógica consequente de um acontecimento histórico é uma operação árdua, mas não inadmissível. Se os mitos orientam e favorecem algumas ordens sociais, como admite o próprio estudioso, poderia acontecer também o contrário. Talvez os mitos indiquem o que poderia ter acontecido, o âmbito da possibilidade / probabilidade, mas às vezes podem também ter englobado um fato de época, a exemplo da fundação de um povoado. Estas verdades “lógicas”, mesmo se não “narrativas”, que os mitos podem chocar em seu seio, longe de serem inúteis ao historiador, podem ajudá-lo a

entender a natureza das épocas mais longínquas. O estudo do “mito pelo mito” – ambição máxima dos estruturalistas – é insatisfatório quanto o da “arte pela arte”. É verdade que o signo mítico tem sentido apenas se é posto em relação ao sistema mítico de que é parte. Mas além deste contexto metafísico, deve, não obstante, existir outro gênero de contexto, mais amplo e concreto, se as sociedades primitivas viveram dentro de condições culturais, sociais e materiais. Entre os pensamentos que informam as tradições míticas e a organização prática de uma comunidade existem certamente distorções, diferenças e distâncias, como acontece em qualquer forma de expressão, que sempre consegue alcançar para si um espaço autônomo. Mas esta autonomia, no entanto, é sempre relativa e sem referência às condições históricas e às práticas rituais, as lendas não podem ser adequadamente avaliadas. Em suma, o contexto cultural permanece sendo o horizonte semântico do mito. Ao contrário, sustentar que o mito vive só em um contexto sincrônico, significa esquecer as sucessivas reinterpretações e retomadas, a diacronia dentro da qual ele se desenvolve, a forma mutável na qual se nos apresenta, que se assemelha a uma grande estratificação ideal. Se assim é, não podemos evitar retornar aos “lugares” e aos “tempos” do mito, não na maneira da velha filologia histórica, mas numa perspectiva etno-histórica, capaz de distinguir os sistemas das “variantes” sincrônicas de um mito das suas “variações” que se seguiram no tempo. Entre o aspecto intelectual do mito e o contexto histórico que o expressou deve existir uma ligação, por mais escondida e misteriosa que seja. E se existe esta ligação, o mito pode ser de alguma vantagem para a história, como também vice-versa (veja-se um próximo parágrafo sobre compreender os mitos partindo dos sonhos).

14. *Cronologia e atemporalidade dos mitos.* Resta ainda esclarecer com qual estratégia se pode tentar manipular a matéria incandescente dos mitos, especialmente no que diz respeito ao tempo, que não pode ser certamente aquele dentro do qual estamos habituados a raciocinar. Convém, em primeiro lugar, entender a cadeia dos eventos míticos diacronicamente, na dimensão do tempo unilinear, que é aquela mais natural desde que os próprios antigos começaram a ordenar os seus mitos por gerações e, portanto, em termos cronológicos. Poder-se-ia objetar que qualquer operação de ordenamento temporal do mito é ilegítima, porque exerceria uma violência sobre a sua natureza mais íntima, que seria fundamentalmente atemporal. Segundo Moses Finley (1986), os relatos míticos seriam, de fato, diversos daqueles históricos exatamente porque completamente subtraídos da dimensão do tempo, por isto não teria sentido tentar datá-los nem que só aproximadamente. Mas a completa atemporalidade dos mitos é uma tese tão fascinante quanto extrema e discutível, tanto é que alguns mitos revelaram englobar uma substância histórica, o que permitiu datá-los, como se viu, pelo menos no que toca o seu motivo de inspiração originário.

15. *O tempo em Esíodo.* Se se deseja compreender a natureza do tempo antes da invenção da consciência histórica, é fundamental entender, faltando os textos referentes ao período arcaico referentes ao Lácio, o mito das raças humanas narrado por Esíodo no *Trabalhos e os dias*. Esíodo vivia em uma época, entre o final do século VIII e a primeira metade do século VII, em que já se conhecia a escrita, mas que não era ainda de todo emersa do mar das lendas. O mito das raças foi analisado por Jean-Pierre Vernant (1966), que chegou a conclusões muito diversas das de Moses Finley (1986). O mito teria conhecido o primeiro e o depois, portanto, também o passado, o presente e o futuro – Urano, Crono e Zeus se sucedem, como as raças de ouro, de prata, de bronze, heróica e de ferro – mas estas

divisões temporais são apresentadas em uma maneira particular, que a nós parece atemporal mesmo não sendo completamente tal. A partir de certo momento da Antiguidade, quando se começou a contar os anos em base às magistraturas anuais, os mitos foram interpretados cronologicamente, segundo um tempo que corre sem retorno. Mas, em princípio, o tempo não era percebido em modo cronológico, isto é, único, homogêneo, contínuo, linear e regular e os acontecimentos isolados não eram ainda indissolúvelmente ligados a momentos irreversíveis. O tempo das origens, entretanto, conhecia fins ou completamentos, por isso retornava por ciclos, como no suceder-se das estações. Parecia, além disso, não homogêneo na sua qualidade e valor, por isso, só alguns eventos essenciais eram considerados dignos de serem lembrados, enquanto os outros podiam ser esquecidos.

16. *Estratificação de períodos.* No mito, os períodos sucedem-se como estratos superpostos uns aos outros, cada um com duração e características próprias. O aspecto divino e humano aparecem no início fundidos, ou então imperfeitamente separados. Os deuses nascem e depois existem para sempre, mas não nascem todos juntos: Zeus e Júpiter, por exemplo, vêm à Luz de Rea e de Fortuna Primogênea. Também alguns homens podem ter características divinas, ser venerados como deuses e, portanto, perdurarem, acolhidos nas plagas do além, enquanto outros morrem, ou então acabam nas margens do mundo, como acontece aos heróis nas Ilhas dos Beatos. Os homens de algumas raças vivem séculos e outros menos anos, alguns permanecem sempre jovens e outros, em vez, sempre adultos ou mesmo velhos. No interior de cada estrato de período há, portanto, uma estabilidade de condições do início ao fim, por isso, o tempo pareceria suspenso naquele espaço circunscrito. Mas, com a raça de ferro, o mundo começa a decair, portanto a evoluir, mesmo que negativamente, por isso, esse último estrato de período acaba por englobar o tempo também no seu interior, aproximando-se de uma idéia mais histórica do fluir dos eventos. O tempo pré-lógico se opõe, portanto, àquele histórico, mas não em bloco e em maneira extrema, como queria Finley, mas dispendo-se em uma sequência de “períodos-estratos” e em modo progressivamente sempre menos “irracional”, saturando-se progressivamente de espaço tridimensional e de tempo unilinear, que são exatamente as dimensões típicas do *lógos*. Quanto menor é a dose dessas componentes lógicas, tanto mais o mundo se faz homogêneo, caótico, contraditório, e vice-versa.

17. *Da homogeneidade à diferenciação.* O mito conhece espaços sobrenaturais com mais de três dimensões, onde seres sobre-humanos podem estar contemporaneamente e onde um lugar pode equivaler a outro, e conhece também um tempo variável, que em momentos se condensa reforçando-se e, em momentos, se dispersa enfraquecendo-se ou vem até mesmo a faltar. Quando falta, aparece sugado no interior de algum núcleo eventual emblemático, como a fundação de um povo ou de um povoamento, e aqui se mostra no seu aspecto potente e prestigioso, digno de ser valorizado e recordado. O tempo legendário tende a concentrar-se ao longo de um período, nas suas fronteiras com os outros, assinalando dessa maneira as grandes épocas do mito. Não se trata de uma sequência unilinear de períodos, pois o tempo mítico retorna sobre si mesmo, em um movimento cíclico que impede a direção única. Esta popularização ou condensação do tempo em núcleos emblemáticos e ao longo de superfícies de distinções entre os diversos períodos acaba por pressupor, se a sua não homogeneidade é interpretada em sentido cronológico, o que aos indivíduos racionais parece verdadeiras “lacunas” da memória. São lacunas deste tipo que os cronógrafos se deram ao trabalho de preencher (inventando uma dezena de reis de Alba) ou de eliminar

(fazendo de Rômulo um filho e um neto de Latino ou de Enéias). Mas os homens dos períodos mais remotos nem mesmo percebiam essas lacunas, nem se inquietavam com elas, habituados que eram com as estranhezas de seu tempo, que para nós, entretanto, parecem imperfeições intoleráveis. Assim, Homero parece saltar a inteira idade obscura reportando-se diretamente à idade heróica, isto é, à idade micênica. À medida que o tempo do *lógos* ganhava terreno, os acontecimentos no interior dos “períodos-estratos” começavam a aumentar, adensando os pontos saturados de tempo e reduzindo as lacunas cronológicas. Por outro lado, o tempo adensado sobre a epiderme das diversas idades começava a expandir-se no seu interior, de forma que a sequência tornava-se sempre menos para-tática, distendendo-se de modo mais contínuo, unilinear e homogêneo. Existem, portanto, graus diversos de contraposição do mito ao tempo unilinear e depois também graus diversos de possibilidade de uma sua compreensão com vantagem para a história. Nesta perspectiva, parece aceitável ordenar os materiais míticos de modo a tender ao congruente do ponto de vista do tempo e do espaço. Pode-se fazê-lo inicialmente de modo mais simplesmente unilinear, para facilitar a nós modernos a obra de restauro do mito e de distinção das diversas fases do seu destino, na esperança de poder chegar à constelação das suas variantes mais antigas. Somente em seguida, com os materiais documentais dispostos em sequência, é possível tentar repensá-los reemergindo-os com a fantasia no movimento cíclico, para nós tão insuportável.

18. *Lógicas diversas*. Na tentativa de compreender historicamente os mitos, o problema maior está no fato de que a vida material se organiza nos termos de uma lógica da não contradição – um lugar é aquele e não outro, e assim também se dá com o tempo – enquanto o mito segue uma lógica ambígua, muito diferente daquela do *lógos*, mesmo apresentando características constantes e codificáveis. Passar de uma lógica a outra é um pouco como verter água de uma jarra pintada, que é impossível, pela incompatibilidade que existe entre as três e as duas dimensões espaciais. Os tempos e os espaços do mito são, pois, dificilmente traduzíveis para aqueles unilineares e tridimensionais do mundo. Mas os mitos, no entanto, fazem sempre parte da história, a não ser que se queira eliminar deles o caráter tipicamente humano da ambiguidade, como desejariam os racionalistas, que, por exemplo, toleravam a contragosto que Apolo e Fauno possam ter se manifestado num período como carneiros e lobos. As dimensões incompatíveis são como duas línguas diversas, que não tenham semelhança entre si. E, apesar disso, existe sempre a possibilidade de traduzir uma língua para outra, perdendo a qualidade da mensagem, mas chegando, ainda que grosseiramente, a recuperar mundos que de outra forma permaneceriam completamente separados.

19. *Compreender os mitos comparando-os aos sonhos*. O mito é uma estrutura global, nunca totalmente indiferenciada, pois uma dose, mesmo que mínima, de *lógos* chega sempre a caracterizá-lo, assim como existe um pouco de razão em cada sonho. Uma geração antes da *Interpretação dos sonhos* de Sigmund Freud, o livro que inaugura a psicanálise, Fëdor Dostoevskij tinha descoberto a existência, particularmente evidente nos sonhos, de pensamentos emocionais pensados mesclados entre si, nos quais a fantasia mais louca está abraçada à lógica mais estreita. Está em cena o príncipe Myskin, o idiota, que ao invés de ler as cartas da amante sedutora que o enfeitiça, assim que estas chegam a ele, adormece num divã, sonha, depois desperta e finalmente lê.

Aquelas cartas, também elas se assemelhavam a um sonho. Às vezes são sonhados sonhos estranhos fora do possível e do natural ... Lembrai-vos antes de tudo que a razão nunca vos abandonou no decorrer da vossa visão ... Mas, como, ao mesmo tempo, a vossa razão pôde aquietar-se diante de absurdos ... como aqueles de que, entre outras coisas, o sonho era cheio? Debaixo dos vossos olhos um dos assassinos transformou-se em mulher, e de mulher em um pequeno, astuto e feio anão, e vós, de repente admitistes a coisa como fato consumado, quase sem nenhuma perplexidade, e isso justamente quando, por outro lado, a vossa razão estava num estado de máxima tensão e dava prova de força extraordinária, de sagacidade e de penetração lógica. Por que, além disso, acordando e reingressando de todo na realidade, sentis quase cada vez, e frequentemente com insólita força de impressão, ter deixado, junto com o sonho, algum enigma que permaneceu para vós não resolvido? Sorris do absurdo do vosso sonho e ao mesmo tempo sentis que naquele emaranhado de absurdos encerrava-se uma idéia, uma idéia efetiva, alguma coisa que pertence à vossa vida real ... Quase a mesma coisa aconteceu após a leitura daquelas cartas ... O sonho já havia se realizado, e o que mais o surpreendia era sentir que, enquanto lia, ele próprio acreditava quase na possibilidade e até mesmo na razão de ser daquela fantasia. Sim, certamente: aquele era um sonho, um pesadelo, uma loucura; mas ali havia alguma coisa atormentadamente real, de cruelmente justo, que tornava legítimo o sonho, o pesadelo e a loucura ... Às vezes tinha a tentação de dizer a si mesmo que tudo isso ele havia pressentido e adivinhado; parecia-lhe até de tê-lo já lido há muito, muito tempo, e que tudo o que desde então tinha nostalgicamente desejado, sofrido e temido estava encerrado naquelas cartas para ele conhecidas há muito tempo (*O Idiota*, 10.3, 1869).

O sonho é, portanto, uma mistura de sabedoria e de loucura e é justamente por esta sua capacidade de combinar lógicas contraditórias que consegue revelar os enigmas mais profundos, que, se usássemos somente a razão, nos escapariam. Os mitos são talvez os pesadelos e as paixões dos homens quando conseguiam sonhar juntos. Não sendo mais possível sonhar com os outros, criar coletivamente mitos, só nos resta aprender como sonhavam as comunidades primitivas refletindo a respeito de nossos sonhos individuais. Como se sabe, jamais conseguiremos transmitir assim fielmente o que pensamos dos mitos, sem a história interior daquele príncipe russo.

20. *Não arquétipos, apenas estratos mais antigos.* Ao tentar traduzir os mitos numa linguagem que seja útil à história, não pretendemos alcançar arquétipos primordiais ou as primeiras versões dos mitos. Para nossos fins, não é necessário remontar ao Neolítico, ao Paleolítico ou, até mesmo, a níveis “pré-humanos”, como também se tentou fazer. O pica-pau de bico agudo como o machado e como o raio de Pico, e o lobo das amplas fauces que degolam e o bode fecundador de Fauno, até quanto podem recuar no tempo? É um problema que aqui não nos interessa e que, de qualquer maneira, não pode ser resolvido. Mas, é provável que aquelas imagens animais e, enquanto simbólicas, mais do que animais, remontem a tempos muito distantes da sua grandiosa “re-utilização”, feita quando foram forjadas pela imaginação coletiva as figuras dos reis divinos, aborígenes do Lácio. Parece-nos empresa já suficientemente ambiciosa recuar apenas alguns passos no tempo, procurando remontar à primeira Idade do Ferro e ao Bronze final, isto é, à proto-história menos distante, na qual residem as premissas indispensáveis para compreender os primórdios das cidades antigas. É essencial superar a barreira do século VI e da segunda metade do VII, que é a estação em que se começaram a falsificar os mitos indígenas, neles fazendo penetrar lendas gregas sempre com mais força. Poder-se-ia afirmar, por absurdo, que é justamente a re-estruturação mítica monumental, que a mitologia grega não conheceu, que nos pode ajudar a estabelecer um antes e um depois, em relação ao período dos Tarquínios, assinalando um precioso *terminus ante quem* para a mitologia latina autêntica, de tradição eminentemente oral. Bastaria alcançar o tempo entre a metade do século VII e a metade do século VIII, que já teríamos, talvez, alcançado o Bronze tardio, dados o

conservadorismo e a longa duração dos relatos comunitários tradicionais. O período de Rômulo não seria, talvez, um renascimento da idade heróica?

21. *Subjetividade ou veracidade.* Para compreender um mito, portanto, não é essencial conhecer sua origem. De fato, pode-se entender o significado de uma palavra mesmo sem entender sua etimologia. Se é legítimo lançar conjecturas etimológicas e glotológicas, da mesma forma deveria ser lançar outras sobre os mitos, tendo à disposição um conjunto de fontes arqueológicas, linguísticas e literárias, em resumo, superiores ao armamento normal do etimólogo e do glotólogo. Naturalmente, seria tolo não se dar conta da temeridade da empresa e não sorrir da tentativa. Por outro lado, destacamos que sintomas, indícios e confrontos parecem adensar-se com intensidade e lógica em torno às conjecturas lançadas, como teremos maneira de ver, dando ao seu caráter, sobretudo originalmente subjetivo – de escasso valor do ponto de vista histórico – alguma dose de objetividade, algum traço de verossimilhança, que nos encorajou a trilhar nosso caminho.

22. *Assuntos, elaborações e tempos dos mitos.* Segundo Brelich (1968, 1973-76), como sustentaram outros estudiosos, os mitos heróicos gregos teriam sido elaborados menos no período micênico do que na idade obscura, quando já haviam desaparecido os reis micênicos. A questão permanece controversa, mas, de qualquer forma, é útil distinguir o tempo do material temático do tempo seguinte, no qual se formou a tradição mítica. Analogamente, pode-se discutir se os mitemas e, até mesmo, os mitos heróicos do Lácio podem remontar ao período do Bronze – por exemplo, Bronze recente e final, primeira e segunda fase –, ou, simplesmente, sejam os modos com que o período sucessivo – o do Bronze final, na terceira fase, e da primeira Idade do Ferro – fixou a imagem daquela estação heróica. Não é fácil dizer qual seja a solução certa. O importante é que, *a priori*, a proto-história não seja excluída dos nossos raciocínios quando exploramos os mitos, como frequentemente acontece. Por esta razão, devem-se conhecer os desenvolvimentos materiais e sociais da proto-história antes de poder julgar quais fragmentos ou conjuntos de pensamento mítico seja possível atribuir ou não àquele tempo distante. Mas, se é importante saber quando uma tradição mítica se formou e quando foi elaborada e se consolidou em uma tradição oral, isto é, conhecer os tempos da sua forma, da mesma maneira, é importante reconstruir as gerações e os lugares de que trata o mito, podemos dizer, os tempos de seu conteúdo, seja para ter uma visão completa do afresco mítico – da sequência dos eventos legendários na qual se articula aquela concepção do mundo – seja porque alguns materiais e mitemas, elaborados somente em seguida, poderiam ter encontrado justamente naquele tempo mais remoto a sua primeira oportunidade de existir, a sua concepção. Não é fácil, portanto, distinguir o tempo da forma daquele do conteúdo, como sustentava Brelich. O problema é muito mais complexo.

23. *Olhares diversos do arqueólogo e do historiador.* Se é errado colocar, *a priori*, limites cronológicos à possibilidade de conhecer historicamente – os limites são estabelecidos de quando em quando e sem preconceito (isto é, sem *Vorangst* [medo, angústia] em relação a uma profundidade do tempo à qual não se está acostumado) – e se os restos das fontes literárias foram ditados antes por respeitáveis emoções pessoais e por nobres hábitos de estudo mais do que por “provas”, talvez seja útil re-examinar as diversas possibilidades de investigação do arqueólogo e do historiador e reconsiderar o conjunto da documentação à luz deste confronto. Enquanto para o arqueólogo existem estratificações materiais,

geralmente melhor conservadas quanto mais se distancia dos distúrbios dos períodos mais recentes e se remonta no tempo, para o historiador, a memória, no entanto, vai se enfraquecendo quanto mais se remonta nos anos, porque se distancia também da escritura. Enquanto o escavador pode revelar o que não vê escavando, nem existem para ele soleiras *a priori* além das quais não pode caminhar – como a descoberta da escrita ou os inícios da historiografia – o historiador chega geralmente a identificar um estrato de memória e pouco mais dos longos e complexos acontecimentos que ele estuda, e isto por ausência de informações reveladas, nem tem sentido para ele raspar o pergaminho do códice, confiando em outros textos escondidos mais profundamente naquela pele e referentes ao argumento que lhe preme: nos palimpsestos,¹ a superposição dos escritos, de fato, é casual e algo poderia ser encontrado mais em profundidade, mas referente a um argumento completamente diferente. O historiador, portanto, é forçado a render-se diante do não poder saber, está acostumado aos limites e começa a narrar somente onde se sente finalmente à vontade, apoiado por um número suficiente de fontes. O arqueólogo, ao invés, tem mais possibilidade e, portanto, se resigna menos facilmente, porque é difícil que a evidência venha a faltar-lhe de repente e de todo, sendo frequentemente longa e complexa a estrada que conduz ao terreno virgem, onde também ele é obrigado a parar. A ele, pois, é consentido mais amiúde remontar a uma fase precedente, e a outras ainda – basta o caso dos muros de Rômulo do Palatino, cuja tradição monumental vai, como veremos, de Rômulo a Augusto – para não falar da sua inclinação particular de raciocinar estratigraficamente, mais do que textualmente, o que lhe confere um talento especial para dispor ordenadamente no tempo qualquer mínimo indício.

24. *Atitudes de alguns historiadores.* Diante das dificuldades da pesquisa, uma primeira atitude, um tanto difundida junto aos historiadores, consiste em trocar o vazio documentário por uma informação, por isso se data um acontecimento em relação à atestação mais antiga que se conservou, mas este procedimento é sumamente incorreto, na medida em que a atestação mais antiga fornece apenas um *terminus ante quem*. Na falta de um *terminus post* pouco vale o *terminus ante*, não se podendo conhecer a extensão temporal dentro da qual colocar o surgir e o desenvolvimento sucessivo de um determinado acontecimento. Uma segunda atitude conduz o historiador a não levar em consideração indícios, às vezes mínimos e, no entanto, essenciais, como poucos fragmentos cerâmicos, que permitiriam levantar mesmo notavelmente o *terminus ante* de um determinado fenômeno. De fato, não se pode sempre dispor de evidências palpáveis ou monumentais, que, por exemplo, dificilmente existem em uma aldeia de cabanas. Poder-se-iam interpretar essas posições como atos de prudência filológica, mas, pode-se errar em igual medida interpretando demais ou excessivamente pouco. Uma terceira atitude leva o historiador a não desfrutar completamente as fontes que têm um caráter “estratificado” (que, por isso, consentem remontar no tempo), ou então, o induz a render-se diante de mais informações que estão em contradição entre si quando consideradas em sincronia, e que, por isso, o confundem, mas que poderiam encontrar compatibilidade e lógica se dispostas na sua correta diacronia. Constatar a confusão da evidência e dizer que não vale à pena perder tempo com ela, equivale a afirmar em uma escavação que tudo está “perturbado”, que é sempre a desculpa dos maus escavadores. Cada perturbação, também ela, tem, de fato, sua própria ordem, que

¹ Antigo códice de pergaminho já escrito e depois raspado e reutilizado para um novo escrito. Do grego *pálin* (de novo) e *psáo* (risco).

o estratígrafo consegue sempre decodificar. Esta e outras orientações do mesmo gênero já fazem parte de uma “maneira” metodológica por trás da qual transparece o medo de caminhar além dos limites admitidos pela vulgata histórica corrente ou, então, pela escola historiográfica a que se pertence.

25. *Consequências destas atitudes.* Essas orientações críticas levam a duas consequências principais: o refúgio na hiper-crítica ou na história da historiografia, as vias régias para evitar a reconstrução histórica, onde o risco de errar é muito maior. A hiper-crítica não é nada mais que o culto que o historiador presta a si mesmo, por isso, não vale a pena aqui dedicar muito tempo a essa questão. Para a história da historiografia, “a fonte histórica tende a ser examinada exclusivamente enquanto fonte de si mesma (do modo em que foi construída) e não daquilo de que se fala. Em outras palavras, se analisam as fontes ... enquanto testemunho de representações sociais, mas ao mesmo tempo se rechaça, como uma imperdoável ingenuidade positivista, a possibilidade de analisar as relações que se interpõem entre esses testemunhos e as realidades designadas por elas”. (Ginzburg 1991). A consequência obrigatória desta orientação é a seguinte: “ao historiador importa menos achar confirmação arqueológica dos dados da tradição histórica do que ter a explicação da origem desses dados e como foram adquirindo autoridade”. (Momigliano 1966). O “importa menos” de Momigliano desencoraja confrontar-se diretamente com as realidades antigas. Mas se o mister do historiador consiste, antes de tudo, em narrar a vida dos homens, então ele deve tomar para si a responsabilidade de fazer o seu discurso sobre outras coisas, salvo um impedimento seguro que argumente o seu silêncio.

26. *Proceder de outra forma.* A maneira em que a informação foi elaborada e encontrou fortuna na tradição – reconstruível geralmente por um segmento breve e nem sempre especialmente significativo da sua talvez longuíssima história, porquanto digno tema de estudo –, não deveria obscurecer o problema de conhecimento fundamental referente ao conteúdo da informação. Frequentemente, somos obrigados a tolerar não conhecer o autor de certa notícia, a sua cronologia e também as passagens numerosas que levaram à sua acolhida na vulgata, mas nem por isso devemos descartá-la, se nos parece plausível e válida por outros ângulos. Uma notícia conservada, ainda que apenas em uma fonte muito tardia, pode revelar-se preciosa e remontar a tempos até muito antigos. As informações da analística² e da antiquária³ tardo-republicanas e do período de Augusto, de fato, saem de uma caixa preta, que é e permanecerá para sempre impenetrável, mas nem por isso elas devem ser desprezadas *a priori*. O cerne informativo contido em uma fonte deve ser escolhido e descartado não somente com base no seu pedigree, mas também com base na possibilidade de atribuir, através de confrontos, o seu “conteúdo” e o seu “estilo” a um contexto histórico mais do que a outro (analogamente a como o escavador correlaciona também estratos desprovidos de relações estratigráficas e como o conhecedor de arte atribui um quadro mesmo sem assinatura ou proveniência ilustre). Esta é a razão da importância do método histórico-religioso e antropológico-comparativo de Angelo Brelich, estudioso de grandíssimo valor, que permaneceu uma exceção por muitos meios.

² O registro dos eventos nos anais, típico da cultura romana.

³ Disciplina que se ocupa da Antiguidade.

27. *Instrumentos de avaliação além da Filologia*. A esses argumentos necessita acrescentar os progressos da Arqueologia, a qual não serve mais somente para ilustrar os livros de História, mas contribui substancialmente para a crítica e a reconstrução histórica, fazendo-nos considerar autênticas ou tardias as notícias reveladas. Até hoje, a Arqueologia certamente mais nutriu nossa confiança do que o contrário, e agora é preciso fazer as contas com ela, por isso, o pessimismo sistemático parece cada vez mais fora de lugar, o nobre resíduo de uma velha maneira, quando os historiadores trabalhavam em bibliotecas sombrias, longe dos monumentos, exclusivamente com as fontes literárias e com instrumentos principalmente filológicos. Vale pouco, por exemplo, quebrar a cabeça sobre como os historiadores de Roma entre os séculos III e II pudessem remontar a tantos séculos antes e imaginar uma componente étnica sabina ao lado de uma latina, para depois concluir que o sabinismo de Roma, provavelmente, é uma invenção, pelo fato de que a tradição oral, figurativa e escrita não poderia recuar até um ou dois séculos, contra qualquer conhecimento etno-antropológico referente à oralidade. A este respeito é útil considerar: 1) se no nível antropológico existem povos que se fundaram combinando diversas componentes (este é o campo investigado por Dumézil); 2) se movimentos de povos entre o Bronze final e a primeira Idade do Ferro no Mediterrâneo (com o olhar voltado também para o Egeu) são realidades plausíveis; 3) se movimentos de povos podem ter constituído mitos de fundação para algumas *gentes* (como o Êxodo para os Ebreus); 4) se existem indícios de organizações parciais em Roma (*colles, montes, Septimontium sem colles* etc.); 5) se existem traços arqueológicos relativos à descida de populações itálicas ao longo do Tibre em período pré-histórico (abandono de velhas localidades habitadas no interior da Península e fundações de novas ao longo do rio); e à frente deste passo (levando em conta também a Linguística). Se considerações deste gênero, o mais das vezes externas ao domínio da Filologia, estão a favor da presença de itálicos em Roma, então é mais sábio crer na tradição dos Sabinos nos *colles*. Se não, é melhor suspender o julgamento ou rechaçar a notícia, até prova em contrário.

Referências bibliográficas

- BATESON, G.
1979 *Mind and Nature. A necessary Unity* (trad. It. *Mente e natura*, Milano 1984).
- BRELICH, A.
1968 *Religione micenea: osservazioni metodologiche*, in *Atti e Memorie del I Congresso Internazionale di micenologia* (Roma 1967), II, Roma: 919 ss.
- 1973-76 *Nascita dei miti*, in *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*: 7 ss.
- BRILLANTE, C.
1980 *Le legende tebane e l'archeologia*, in *Studi Micenei ed Egeo-Anatolici*, XXI: 309 ss.
- FINLEY, M.I.
1986 *Myth, Memory and History*, in Id., *The Use and Abuse of History*, Londres: 11 ss.
- GINZBURG, C.
1991 *Il giudice e lo storico*. Torino.
- KIRK, G.S.
1970 *Myth*, Cambridge.
1977 *Methodological Reflexions on the Myths of Herakles*, in B. Gentili e G. Paioni, 1977 (orgs.) *Il mito greco*, Atti del Convegno Internazionale (Urbino 1973), Roma.
- MOMIGLIANO, A.
1966 *Sulla data dell'inizio della Repubblica*, in *III Contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*, I, Roma: 661 ss.
- SABATUCCI, D.
1978 *Mito, rito e storia*, Roma.
- VERNANT, P.
1966 *Le mythe hésiodique des races sur un essai de mise au point*, in *Revue de Philologie, de Littérature et d'Histoire Anciennes*, XI: 247 ss.